

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

GABRIELLA DE ALMEIDA GOMES
INGRID CAROLINA DE JESUS
MANUELA CORREIA DA ROCHA
REBECA LONHARES FRANÇA DA SILVA TENÓRIO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA PERSPECTIVA DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL: DIFICULDADES NO
PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM COMUNIDADES
CARENTES**

RECIFE/2021

GABRIELLA DE ALMEIDA GOMES
INGRID CAROLINA DE JESUS
MANUELA CORREIA DA ROCHA
REBECA LONHARES FRANÇA DA SILVA TENÓRIO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA PERSPECTIVA DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL: DIFICULDADES NO
PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM COMUNIDADES
CARENTES**

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA,
como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura
em Pedagogia.

Professor Orientador: Me. Neferson Barbosa da Silva
Professor Coorientador: Esp. Hugo Christian de Oliveira Felix

RECIFE/2021

G633e

Gomes, Gabriella de Almeida Gomes

Educação inclusiva em uma perspectiva de educação especial: dificuldades no processo de ensino aprendizagem de pessoas com deficiência em comunidades carentes. / Gabriella de Almeida Gomes; Ingrid Carolina de Jesus; Manuela Correia da Rocha; Rebeca Lonhares França da Silva Tenório. - Recife: O Autor, 2021.

30 p.

Orientador(a): Esp. Hugo Christian de Oliveira Felix.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA. Graduação Licenciatura em Pedagogia, 2021.

1. Inclusão. 2. Deficiência. 3. Políticas públicas. 4. Educação inclusiva. 5. Contexto social. | Centro Universitário Brasileiro. - UNIBRA. II. Título.

CDU: 37

GABRIELLA DE ALMEIDA GOMES
INGRID CAROLINA DE JESUS
MANUELA CORREIA DA ROCHA
REBECA LONHARES FRANÇA DA SILVA TENÓRIO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA PERSPECTIVA DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL: DIFICULDADES NO
PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM COMUNIDADES
CARENTES**

Artigo aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, pelo Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, por uma comissão examinadora formada pelos seguintes professores:

Hugo Christian de Oliveira Felix
Professor Orientador

Professor(a) Examinador(a)

Professor(a) Examinador(a)

Recife, _____ de _____ de 2021.

NOTA: _____

Dedicamos este trabalho às nossas famílias, amigos e mestres

AGRADECIMENTOS

Gabriella de Almeida Gomes

A Deus, o autor e consumidor da minha vida. Por sua bondade e misericórdia, por toda previsão nestes anos tão enriquecedores da minha caminhada. A minha avó Rosilda Pereira, minha mãe Rosângela Pereira e minha querida prima Geane de Fátima e ao seu esposo Alyson Silva, por todo incentivo e investimento. A todos os mestres que conheci durante meu curso, levarei comigo tudo que aprendi com muito respeito e carinho. Em especial as professoras Vanessa Nicolau, Julia Calheiros, Carolina Pires, Maria Angélica Simões, Neferson Barbosa e Hugo Christian, por terem se doado de forma tão intensa, me fazendo ter certeza da profissão que escolhi. Aos meus amigos, Roberta, Renata, Rose, Joseli, Tânia, Leonardo, Magda, Emily, Grazy e Will, que contribuíram com palavras, ações e intercessões para minha realização profissional. Amo vocês! Por fim, a minha querida equipe de TCC formada por Ingrid, Manuela e Rebeca. O apoio e atenção delas foi fundamental. Sem elas não teria conseguido. A todos, minha eterna gratidão!

Ingrid Carolina de Jesus

Agradeço primeiramente a Deus, causa primordial de todas as coisas. Aos meus pais, Clemilda e Normando, que sempre estiveram ao meu lado dando apoio e encorajando meu sonho. A minha avó, Joana (in memoriam), que em vida foi minha parceira e sempre acreditou na minha capacidade e cuja presença foi essencial. À minha irmã Priscilla que é minha grande amiga. Aos meus sobrinhos, Rhuan, Arthur, Rayra, Lívia, Renato e Miguel e afilhados, Nathalia, João e Nicollas. Que eu seja para eles motivo de orgulho e exemplo a ser seguido. Aos amigos que me motivaram desde o início e nunca soltaram a minha mão. Minha eterna gratidão a Rebeca Lonhares, que além de parceira de curso tornou-se uma grande amiga e, como gostamos de brincar, uma é a metade do cérebro da outra. Trilhar esse caminho com você fez toda a diferença. Te amo! A minha colega de curso, amiga e comadre, Ingredy Fernandes. Por todo afeto e cuidado e pelas incontáveis trocas de ideias que fizeram toda a diferença na

minha formação. Às mulheres que estiveram ao meu lado na composição desse trabalho, Rebeca Lonhares, Gabriella e Manuela. Vocês foram ímpares!

Por fim, agradeço aos mestres que contribuíram para esta formação. Excepcionalmente a Carolina Pires, Vanessa Nicolau, Maria Angélica Simões, Daniele Miranda, Priscilla Lins, Ludmila Sousa e de modo especial aos orientadores Neferson Barbosa e Hugo Christian, por serem uma constante fonte de motivação e incentivo ao longo de todo o projeto, cuja dedicação e paciência foram base de sustentação para construção do mesmo. Grata por tudo!

A todos, meu imenso carinho e gratidão!

Manuela Correia da Rocha

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado forças, sabedoria e coragem para seguir até aqui. Aos meus pais, Adriana Lima e Edmaurio Pedro. As minhas irmãs, Lidiana Lima e Andreza Lima. As minhas tias, Elizabete Rocha, Josiane Figueiredo e Janaína Figueiredo. A minha avó, Maria do Socorro e em especial minha filha Lorena Rocha, que muitas das vezes foi de onde tirei forças para continuar. As minhas amigas Cleide Albuquerque, Manuela França e Tamires França. De modo carinhoso agradeço à três pessoas que foram bastante importantes para mim nesta formação. O apoio, as palavras de encorajamento, os conselhos para que eu não desistisse e a ajuda com os estudos foram fundamentais. Hoje vejo que a participação deles foi essencial e por isso minha gratidão a Bruno Felipe, Emilene Barbosa e Alexandre Pereira. Agradeço também às integrantes da minha equipe, Ingrid Carolina, Rebeca Lonhares e Gabriella de Almeida, essas mulheres lindas, fortes e guerreiras, que chegaram até aqui comigo. Por último, mas não menos importante, agradeço a toda equipe de professores, especialmente a Neferson Barbosa e Hugo Christian, que nos ajudaram nesta formação e na construção de cada uma enquanto pedagogas e pessoas.

Rebeca Lonhares França da Silva Tenório

Agradeço a Deus por ter me proporcionado essa oportunidade ímpar, de um crescimento incomparável e inigualável. Aos meus pais Rinaldo José e Maria Carla, meu marido Flávio Tenório, que acreditou no meu potencial e abriu mão de tanto pela

minha formação, obrigada meu amor! A minha equipe, que tornou inesquecível essa experiência. Em especial quero agradecer a minha amiga Ingrid Carolina que transformou os momentos de pesos, em momentos leves e de companheirismo, te amo amiga! Não posso deixar de agradecer a minha sogra Ladjane Tenório por me inspirar a escolher uma profissão tão linda, nem a Ingredy Fernandes que por alguns períodos esteve ao meu lado me impulsionando a ser melhor. É com imensa respeito e admiração que agradeço aos melhores professores, Vanessa Nicolau, Neferson Barbosa, Daniele Miranda, Maria Angélica Simões, Érika Soares e Hugo Christian, pelo empenho e paciência comigo, por todo ensinamento de forma tão didática e essencial. Muito obrigada a todos por fazer esses quatro longos anos, passaram de forma tão singela e especial.

*“A educação é a arma mais poderosa que
você pode usar para mudar o mundo.”
(Nelson Mandela)*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	13
3 REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1 Histórico sobre a Educação Especial	15
3.2 Educação Inclusiva no contexto escolar	16
3.3 Ensino e aprendizagem na educação inclusiva	17
3.4 Marcos históricos e Políticas Públicas e Legislação numa perspectiva inclusiva.....	18
3.5 Comunidades carentes e a relação com a escola.....	19
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25

EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: DIFICULDADES NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM COMUNIDADES CARENTES

Gabriella de Almeida Gomes
Ingrid Carolina de Jesus
Manuela Correia da Rocha
Rebeca Lonhares França da Silva Tenório
Neferson Barbosa da Silva¹
Hugo Christian de Oliveira Felix²

Resumo: O presente projeto traz a discussão sobre as dificuldades no processo de ensino aprendizagem de pessoas com deficiências em comunidades carentes. O Percurso metodológico utilizado trata-se de uma revisão de literatura, que possibilita ao pesquisador amplitude de fontes sem muitos custos. A pesquisa utilizou como critério de inclusão, questões norteadoras que busquem atender aos objetivos do estudo, que é analisar e relatar os principais desafios enfrentados por esses indivíduos no meio social. Os resultados apontaram o mínimo suporte para a problemática que aflige as políticas públicas voltadas para este seguimento. Políticas essas, que são fatores determinantes de como serão aplicadas tais leis, visando possíveis melhorias e compreendendo a influência positiva na educação, em busca de uma formação com direitos assegurados, ressaltando que para ofertar um ensino educacional de qualidade se faz necessário mudanças significativas que contribuam para uma educação inclusiva, a fim de promover ações que possibilitem a inserção de todos na sociedade, independentemente de suas deficiências, visando minimizar as limitações que se impõem no contexto social e tornando a escola um ambiente de acolhimento e mediação na resolução de desafios durante a aprendizagem desse público, tornando possível a construção de cidadãos críticos e ativos numa sociedade de igualdade e equidade pra todos.

Palavras-Chave: inclusão. deficiência. políticas públicas. educação inclusiva. contexto social.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho trará informações sobre as negligências enfrentadas por pessoas com deficiência enquanto estudantes.

A problemática social que aflige as comunidades carentes favorece a falta de conhecimentos acerca do direito desses indivíduos à educação. Causando, até os

¹ Docente da UNIBRA. Mestre em Gestão Educacional. nef.ufpe@gmail.com

² Docente da UNIBRA. Esp. em Gestão Educacional. prof.hugo@outlook.com

dias atuais, a integração, segregação e até mesmo a exclusão dessas pessoas do convívio escolar, o que acarreta grande custo pessoal, social e até mesmo profissional a essas pessoas.

Fatores como o distanciamento físico, o distanciamento em relação à renda e falta de oportunidades, são impedimentos que também dificultam o processo de melhoria deste segmento. Deste modo, apontaremos as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência no meio educacional dentro das comunidades carentes, tal como o sistema escolar vem trabalhando a inclusão de seus alunos e lida com a falta de recursos e da efetivação das políticas públicas que devem auxiliar em seu funcionamento pedagógico, além da ausência de profissionais aptos a lidar com esse público de maneira eficiente e concreta, fazendo valer o processo inclusivo educacional.

Uma escola inclusiva [...] é aquela que educa todos os alunos em salas de aulas regulares. Educar todos os alunos em salas de aulas regulares significa que todo aluno recebe educação e freqüenta aulas regulares. Também significa que todos os alunos recebem oportunidades educacionais adequadas, que são desafiadoras, porém ajustadas às suas habilidades e necessidades, recebem todo o apoio e ajuda de que eles e seus professores possam, da mesma forma, necessitar para alcançar sucesso nas principais atividades. [...] Ela é um lugar do qual todos fazem parte, em que todos são aceitos, onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas e por outros membros da comunidade escolar, para que suas necessidades educacionais sejam satisfeitas (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 11 *apud* MATTOS, 2012).

É de extrema importância tratarmos a educação inclusiva como uma das principais prioridades dentro do campo educacional, ainda mais quando abordada dentro dessas comunidades, se tornando um assunto delicado e pouco abordado.

As péssimas condições estruturais apresentadas pelas instituições, deixam de compreender a inclusão como meio fundamental de assegurar que todos os cidadãos tenham seus direitos sociais validados desde a infância.

Ao trazermos o olhar para os que precisam de maior atenção, vemos que esses alunos têm sido negligenciados à espera de fiscalização e atitudes para colocar em prática os seus direitos educacionais.

E diante disso, quais os principais desafios enfrentados por comunidades carentes no processo de educação inclusiva? Como proposto no Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2016), à família, à sociedade e o poder público, tem o dever de garantir as crianças o direito à educação e à profissionalização, entre outros direitos, no entanto, com pouca ou nenhuma fiscalização pelos órgãos

responsáveis, os alunos que necessitam de inclusão acabam sofrendo sem o acompanhamento adequado para a concretização de seu aprendizado.

Além desses problemas, os estudantes também enfrentam dificuldades na locomoção entre casa e escola, falta de profissionais qualificados, falta de materiais adaptados e tantos outros conflitos que muitas vezes impedem a construção de novos conhecimentos e interações sociais, fazendo com que seus responsáveis prefiram mantê-los em casa, evitando a frustração dos mesmos em não conseguirem acompanhar a turma ou até mesmo não ter o atendimento necessário para o desenvolvimento cognitivo e social.

Esse segmento é uma modalidade de ensino que busca educar, ofertando o ensino de forma adaptada para crianças com deficiências físicas, transtornos, síndromes e superdotação.

Mesmo com leis específicas para abranger essa modalidade, a realidade diária é bem diferente do que é prevista pelos órgãos responsáveis, o que acaba prejudicando os vários alunos que não tem assistência pedagógica de forma correta e eficaz.

O objetivo da pesquisa consiste em analisar os principais desafios enfrentados por essas comunidades em seu processo de inclusão, quando vista na perspectiva da educação especial, especificamente verificando como a falta de recursos, escassez de profissionais e o não cumprimento das políticas públicas, influenciam diretamente na ação pedagógica, abordando a importância de práticas educacionais que contemplem o público em questão, além da percepção ao que diz respeito em como o pouco conhecimento sobre as deficiências e transtornos dificultam o ingresso e permanência dessas pessoas nas instituições de ensino.

Através desse artigo, buscamos promover uma maior visibilidade e ações que auxiliem o desenvolvimento educacional e social desses alunos.

2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A busca foi realizada no período de janeiro a junho de 2021, através das bases de dados do Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Periódico CAPES. Para a busca foram utilizadas as palavras chaves: Inclusão; Deficiência; Políticas Públicas, Educação Inclusiva e Contexto Social.

A mesma utilizou como critério de inclusão: textos na íntegra, no idioma português sem limite temporal, que se relacionam a questão norteadora e atendem aos objetivos do estudo, tratando-se de uma pesquisa qualitativa, o que nos possibilita perceber importantes tópicos sobre a temática abordada, fazendo com que possamos entender a fundo as problemáticas de tal segmento, trazendo ao trabalho um estudo de natureza teórica, visando a validação dos dados coletados por meio das pesquisas que foram feitas. De acordo com Maanen (1979^a, p. 520 *apud* NEVES, 1996, p. 1), a pesquisa qualitativa:

Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos no mundo social, trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, o que nos proporcionou explicar o tema com riqueza de dados. É a partir da pesquisa qualitativa que teremos informações fundamentadas para uma descrição baseada em dados reais e concretos.

Diante disso realizamos uma revisão de literatura para aprofundar o nosso conhecimento sobre a história da educação especial e de como ocorreu o processo inclusivo de alunos deficientes, bem como quais são as dificuldades existentes até hoje em escolas situadas em comunidades carentes, onde há poucas ou quase nenhuma concretização das políticas públicas voltadas para a melhoria da mesma e conseqüentemente o ingresso e permanência dos alunos nas escolas.

Compreende-se, também, que a revisão literatura nos permite conhecer mais a fundo a realidade dos estudos anteriores, possibilitando o uso de dados para comparação e flexibilidade com o objeto de pesquisa, nos tornando conscientes da problemática e resolução do respectivo conteúdo.

A partir da revisão de literatura poderemos ter ideia do que já foi e do que ainda necessita ser pesquisado. O problema pode, da mesma forma, surgir a partir de outros trabalhos, como nas recomendações apontadas em pesquisas, artigos, periódicos e outros, o que não deixa de ser uma revisão. Conversar com pesquisadores da área específica e examinar outros projetos pode, igualmente, ajudar o pesquisador na resolução de suas dúvidas (ECHER, 2001, p. 7).

Além das informações acima citadas, foi feita uma pesquisa acerca do número total das escolas existentes no país, onde destaca-se que de acordo com o censo escolar, existem no Brasil 179.533 escolas de Educação básica, tendo a rede Municipal 48,4% das matrículas e a rede Estadual 31,1%. Diante desses dados, o Ministério da Educação diz que apenas 41.602 dessas instituições recebem o preparo arquitetônico, responsável por organizar o recebimento de alunos com deficiência.

A partir desses dados podemos reafirmar a necessidade da reformulação das escolas para o recebimento e permanência desses alunos, fazendo com que haja uma inclusão concreta com recursos físicos, pedagógicos, estruturados e adaptados para uma formação completa, respeitando a individualidade e limitação de cada aluno.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Entende-se a importância do referencial teórico na construção do artigo científico, visto que ela se torna primordial na composição do projeto de pesquisa.

3.1 HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação a pessoas com deficiência sofreu diversas mudanças desde a sua criação até os dias atuais. No Brasil, após um vasto período de exclusão e negligência, as atenções a esse tema ganham destaque no século XIX. Em 1854 surge o Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant. Três anos depois, em 1857, é criado o Instituto dos Surdos-Mudos, atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos. Ambos situados na Cidade do Rio de Janeiro. Contudo, voltava-se apenas para as deficiências visuais e auditivas, continuando a excluir as demais limitações, sendo as físicas e principalmente intelectuais. Em nosso país eram usadas duas vertentes no atendimento ao deficiente: a Médico-Pedagógica e a Psicopedagógica. De acordo com Januzzi (1992 apud NAHIRNEI, 2009, p. 2),

O atendimento inicial dirigido ao deficiente era feito a partir de duas vertentes na Educação Especial no Brasil: médico-pedagógica e a psicopedagógica. A vertente médico-pedagógica caracterizava-se pela preocupação era higienizadora da comunidade do Brasil e refletiu, na Educação Especial, estimulando a criação escolas em hospitais, constituindo-se em uma das tendências mais segregadoras de atendimento aos deficientes. A vertente psicopedagógica procurava uma conceituação mais precisa para anormalidade defendia a educação dos indivíduos considerados anormais. A preocupação dos trabalhos estava no diagnóstico dos anormais, por meio de escalas métricas de inteligência e em seu encaminhamento para escolas ou classes especiais, onde seriam atendidos por professores especializados.

Tais ações contribuíram para o processo de segregação, ao mesmo tempo que trouxeram à tona a importância de educação para deficientes. Contudo, a fase de negligência segue até o início da década de 1950, durante esse tempo, observa-se que a produção teórica referente à deficiência mental esteve restrita aos meios acadêmicos, com escassas ofertas de atendimento educacional para os deficientes mentais.

Entre os séculos XVIII e XIX, podemos identificar a fase da institucionalização, em outros países do mundo, que foi marcada pela concepção organicista, cujo pressuposto consistia em que a deficiência mental era hereditária com evidências de degenerescência da espécie. Assim, a segregação era considerada a melhor forma de se combater a ameaça representada por essa população. Nesta mesma ocasião, no nosso país, não existia nenhum interesse pela educação das pessoas consideradas idiotas e imbecis, persistindo, deste modo, na era da negligência (MENDES, 1995; DECHICHI, 2001 *apud* NASCIMENTO, 2018).

A Década de 1980 é marcada por lutas pelos direitos dos deficientes e pelo artigo 208 da Constituição brasileira que, no ano de 1988, garante o atendimento, preferencialmente na rede regular de ensino, aos indivíduos que apresentassem deficiências (BRASIL, 1988).

Em dezembro de 1996, é publicada a LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394, confirmando que a educação especial venha a ser oferecida preferivelmente na rede regular de ensino, devendo haver serviços de apoio especializado (BRASIL, 1996).

Mesmo diante deste cenário, considera-se que o atendimento necessário às necessidades específicas dos alunos garantidos por lei ainda estão longe de serem alcançados.

É um desafio encontrar escolas da rede pública de ensino capacitadas para receber alunos com deficiência, principalmente em comunidades carentes, onde, em sua maioria, lida-se com o não cumprimento de políticas públicas voltadas para este segmento, além da carência de recursos e de professores aptos a lidar com determinado público.

3.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO ESCOLAR

É direito de todos o acesso à educação, independentemente de suas deficiências, sejam elas físicas e/ou mentais, bem como o meio sociocultural em que estão inseridos, fazendo assim com que sejam compreendidos em sua totalidade enquanto sujeitos sociais.

A inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas escolas ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação (MITTLER, 2003, p.25 *apud* FERREIRA, 2003).

A inclusão dentro das comunidades carentes implica a quebra dos paradigmas existentes na sociedade atual e que perpassa toda a história da educação especial em sua perspectiva inclusiva. O sistema educacional monta-se diante de um cenário que foge à realidade. Para uma inclusão legítima, é preciso que antes não mais se haja exclusão, segregação e tampouco integração. Fazendo-se necessário que esses cidadãos não sejam mais excluídos. Sob este enfoque, a inclusão deve ser consolidada, tendo em vista os direitos que regem cada um de seus atores.

Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as 'constituem'; diferentes discursos constituem entidades-chave [...] de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais [...], e são esses efeitos sociais do discurso que são focalizados na análise de discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22 – grifo no original).

3.3 ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Quando falamos de educação inclusiva, percebe-se o alcance da mesma na escola regular, num espaço para todos, onde todas as crianças com deficiência venham ser aceitas no âmbito escolar, tendo total apoio e inclusão, fazendo valer seus direitos.

A educação inclusiva surgiu no Brasil a partir da década de 1990 e em 1994 foi proclamada com a Declaração de Salamanca, onde ampliou esse conceito das, até então, necessidades educacionais especiais, tendo o objetivo de incluir todas as crianças com deficiência na escola, de modo que a Declaração proclama que todos os governos:

Atribuem a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluir todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades (BRASIL, Declaração de Salamanca, 1994, p. 1)

Uma das orientações desta Declaração é a importância de que todas as crianças devem aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças pois ninguém é igual.

Com isso entendemos a importância das escolas na função de cumprir com seu papel, reconhecendo as inúmeras particularidades dos seus alunos, na busca para melhor atendê-los, tendo o professor papel fundamental nesse processo, pois o mesmo precisa ser capacitado para que proporcione o melhor aos os seus alunos. Sobre o papel do professor, pode-se dizer que:

Cabe a ele, a partir de observações criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos de modo que eles possibilitem um ganho significativo do ponto de vista educacional afetivo e sociocultural (PRADO e FREIRE, 2001 p. 5 *apud* NASCIMENTO, 2009, p. 5).

A educação inclusiva não só significa educar a todos, mas também dar o apoio necessário diante das dificuldades dos estudantes. Com a inclusão as diferenças não são vistas como problema, mas como diversidade, objetivando fazer com que a criança com deficiência venha interagir com a sociedade de modo geral e, conseqüentemente, sejam aceitas e não mais discriminadas.

3.4 MARCOS HISTÓRICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A Década de 1980 é marcada por lutas pelos direitos dos deficientes e pelo artigo 208 da Constituição brasileira, que no ano de 1988 garante o atendimento preferencialmente na rede regular de ensino aos indivíduos que apresentassem deficiências, onde diz no inciso III, que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1988)

Compreende-se que é dever do Poder Público a inclusão dessas pessoas no ambiente escolar, especialmente em áreas mais carentes, tendo em vista as dificuldades sociais existentes nestes locais. Escolas em situações físicas precárias, de difícil acesso, equipe pedagógica pouco capacitada e desconhecimento dos pais e responsáveis sobre os direitos que garantem a qualidade de ensino aos seus filhos, são alguns dos fatores que dificultam a ida e permanência dessas crianças nas escolas.

Mediante as práticas sociais que intensificaram os processos de exclusão no Brasil, instaura-se a discussão acerca da necessidade de repudiar tais condutas, fazendo com que seja necessário transformar a escola da atualidade e para que isso ocorra, compreende-se que sejam importantes a concretização de políticas públicas que façam valer a prática inclusiva sob quaisquer circunstâncias. Prieto (2002) destaca a proposta da Secretaria de Educação Especial – SEESP e do Ministério da Educação e do Desporto – MEC, que defende que o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais deve ser assumido pelas prefeituras, as quais deverão:

Investir para que suas escolas contemplem a diversidade humana, inclusive organizando recursos especiais que garantam a aprendizagem e o desenvolvimento de toda a demanda escolar dependente da educação especial” (p. 45). Sob a tutela dos gestores municipais, “cabe a cada unidade escolar diagnosticar sua realidade educacional e implementar as alternativas de serviços e a sistemática de funcionamento de tais serviços. (BRASIL, 2001b, p.16)

Pontuando o aprimoramento das políticas públicas no campo social e que estes sejam feitos de forma sistemática, pois, segundo ele, não se pode atuar com suposições que venham fragilizar e dar descontinuidade às ações executadas.

É um desafio encontrar escolas da rede pública de ensino capacitadas para receber alunos com deficiência, principalmente em comunidades carentes, onde, em sua maioria, lida-se com a falta de cumprimento das políticas públicas voltadas para este segmento, além da carência de recursos e de professores capacitados a lidar com determinado público.

Tabela de referência as diretrizes sobre educação inclusiva.

Ano	Marco	Contexto	Fontes
1989	Lei 7.853	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social.	BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: Presidência da República, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm .
1990	Declaração Mundial de Educação para Todos.	Direitos Humanos que "toda pessoa tem direito à educação".	UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: http://educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/dwnld/educacao_basica/educacao%20infantil/legislacao/declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos.pdf .
1990	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Art. 54. III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.	BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf .
1994	Lei 10.098	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.	BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas Portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm .
1994	Declaração de Salamanca	Princípios, Políticas e práticas na Área das necessidades Educativas Especiais	BRASIL . [(1988)]. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

1995	Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN's)	Coleção de documentos que compõem a grade curricular de uma instituição.	Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211 .
1996	Lei 9.394	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (LDB)	BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm .

Mesmo diante deste cenário e após um longo período de lutas na busca por garantir que os direitos destes cidadãos sejam de fato praticados, considera-se que o atendimento necessário às necessidades específicas dos alunos garantidos por lei ainda estão longe de serem alcançados, sendo primordial garantir que essas conquistas sejam efetivadas.

3.5 COMUNIDADES CARENTES E A RELAÇÃO COM A ESCOLA

A primeira instituição social que o indivíduo envolve-se é a família, implementando a socialização e mediação de comportamentos, culturas e valores, influenciando significativamente a visão do mundo e sua individualidade. A escola atua como a segunda instituição social e tem por objetivo a continuação desse desenvolvimento, trazendo um conhecimento científico e a formação de cidadãos ativos. Desta forma, a escola, em sintonia com a família e comunidade em que os alunos estão inseridos, devem estar em harmonia, auxiliando no desenvolvimento educacional do público em questão, enquanto estudantes e sujeitos sociais as comunidades carentes em geral são marcadas por muitos problemas, tais como: violência, falta de saneamento básico, drogas, vandalismo, famílias em condições precárias de alimentação, saúde, transporte, etc. Uma dura realidade que talha os direitos dos cidadãos em que nelas vivem.

A escola pode e deve ser um lugar onde esses problemas comunitários que muitas vezes dificultam o aprendizado, possam ser trabalhados e/ou amenizados e a

primeira atitude a ser tomada pela mesma é conhecer a realidade da comunidade em que se insere.

O fato da escola ter pleno conhecimento da comunidade através de dados estatísticos não é o suficiente para que haja uma interação entre elas. É preciso operacionalizá-los por meio de ações concretas “e isto só é possível através de atividades práticas que dêem feição real a interação escola-comunidade” (PILETTI, 2004, p.97).

Envolver a comunidade e a escola, não significa apenas dizer aos pais que eles têm que participar das reuniões, a vontade de participar deve ser estimulada pelo tratamento com base na consideração e respeito, e com assuntos que sejam de interesse mútuo. Os professores também precisam estabelecer relações com seus alunos baseados em suas necessidades, estimulando que eles participem de maneira voluntária nas atividades escolares, criando projetos que visem suas realidades diárias.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados coletados, evidencia-se uma discussão objetiva acerca da temática abordada, reiterando a importância da inclusão de pessoas com deficiência em unidades de ensino situadas em comunidades carentes, tendo em vista a existência de fatores determinantes que, em sua maioria, dificultam esse processo, tais como: falha na aplicação de políticas públicas que fazem valer o Direito à educação, pouco ou nenhum conhecimento dos familiares e/ou responsáveis, de que esses direitos existem e devem ser assegurados, má localização das escolas, estrutura física inadequada, a falta de profissionais devidamente qualificados, e outros.

É importante considerar as individualidades de cada cidadão e os diferentes contextos sociais em que se inserem, fazendo com que esse não seja um fator determinante para não cumprimento de seus direitos.

Nos últimos anos a educação inclusiva despertou muitos olhares, auxiliando na criação de leis que obriga a aceitação de pessoas com deficiências nas instituições, seja ela, pública ou privada, incluindo a presença de um profissional que auxilie o aluno em sala de aula, materiais adaptados para o uso do mesmo, e a criação e utilização da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em contra turno.

Infelizmente ainda vemos relatos de pais, que seus filhos não fazem uso desses direitos, o que gera um sentimento de incapacidade de deixar seus filhos na escola por não terem o devido acompanhamento, nem estrutura para o recebimento desses alunos.

Diante disso, entende-se a importância de contribuir com a visibilidade sobre tal temática, sendo um modo de busca por melhorias e ampliação de conhecimento dos direitos desses alunos. Além de colaborar com a compreensão da influência positiva da educação na formação desses indivíduos e, por consequência do processo inclusivo, fazer com que haja uma sociedade cada vez mais igualitária, com respeito às diferenças em todos os âmbitos sociais, a começar pelas escolas, visando a introdução do mesmo na sociedade de forma ativa.

Art. 208. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (BRASIL, 2015)

É necessário que haja um acompanhamento rigoroso que vise a efetividade do cumprimento das leis dentro das escolas, que exista uma avaliação de forma contínua, buscando preencher as inúmeras lacunas que existem, diminuindo o distanciamento da inclusão efetiva desses alunos que precisam de adaptações específicas, de espaço e materiais para sua inserção ao meio educacional.

É de extrema importância que haja a contratação de profissionais qualificados para atender o público aqui citado, que as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), estejam devidamente em funcionamento, que hajam materiais adaptados à realidade de cada aluno em sua individualidade, sendo respeitadas suas limitações e garantido o seu aprendizado.

Não deixando de citar a falta de estrutura física da maioria das escolas, a falta de asfalto nas ruas e arredores da mesma, que causam alagamentos em épocas de médias ou fortes chuvas, causando o cancelamento de aulas, de rampa para a locomoção dos alunos cadeirantes, os banheiros não adaptados para o uso desses

alunos, a falta de ventiladores e bebedouros em algumas escolas, a falta de professores devido ao baixo pagamento salarial, cabendo às prefeituras e ao Estado garantir que tais ações sejam efetuadas de forma plena e legítima.

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não considera apenas a sua permanência junto aos demais alunos, nem a negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitam. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades. (GLAT e NOGUEIRA, 2002, p. 26 *apud* JOAQUIM).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que a maior parte da literatura mostra a importância da inclusão, fazendo com que seja possível perceber essa necessidade em atender a educação especial, como uma forma de retratar os declínios ao longo da história.

A inclusão promove diversidade com o objetivo de eliminar obstáculos que limitem a aprendizagem. Consistindo em condutas que considerem as individualidades e necessidades de modo geral, no que diz respeito ao fazer pedagógico de maneira unificada e inclusiva, independente do contexto social.

A perspectiva de inclusão a todos constitui um grande desafio quando a realidade ainda demonstra que nem todos têm acesso aos seus direitos sociais.

A inclusão educacional é acolher a todos, sem exceção, independentemente de cor, classe social, condições físicas e intelectuais. Acontece que, em determinadas situações, podemos estar pensando e até mesmo agindo de forma discriminatória, segundo paradigmas. Por isso a necessidade de alternativas que possibilitem mudanças.

A partir disso, buscamos contribuir com a área educacional diante da reflexão sobre os principais desafios que existem para incluir as pessoas com deficiência nas escolas, tendo em vista as maiores necessidades que circulam as instituições situadas em comunidades carentes.

O projeto de estudo nos enriquece grandemente e, seguimos acreditando nas possibilidades de uma realidade mais justa, uma educação redefinida e inclusiva, voltada a cidadania, que reconheça e valorize as diferenças.

REFERÊNCIAS

ALAMINOS, C. **Fundamentos da Educação Especial**. Aspectos Históricos , legais e filosóficos. copyright@ Recife, 2018.

BRASIL. [(1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Presidência da República. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/const/HYPERLINK>
"http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_04.06.1998/art_208_.asp
"con1988/con1988_04.06.1998/art HYPERLINK
"http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_04.06.1998/art_208_.asp
p"08 .asp"> Acesso em: 16 set. 2020.

BRASIL . [(1988)]. **Declaração de Salamanca** e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação inclusiva**. Brasília, Jan de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: Presidência da República, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm . Acesso em: 01 de abr. 2021.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>. Acesso em 16 de abr de 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 de abr. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas Portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília: Presidência

da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 15 de abr. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: [file:///C:/Use HYPERLINK "about:blank"rs/arthur/Downloads/GIL-%202002 HYPERLINK "about:blank"%20Como%20Elaborar%20Projeto%20de%20Pesquisa.PDF](file:///C:/Use%20HYPERLINK%20about:blank%20rs/arthur/Downloads/GIL-%202002%20Como%20Elaborar%20Projeto%20de%20Pesquisa.PDF)> Acesso em: 28 out. 2020

CALAIS, S. L. Delineamento de levantamento *In*: BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. de. **Metodologia de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa**. Rio de Janeiro: LTC, 2010. p. 81-89. Disponível em: <http://appcatnov.grupogen.com.br/public/uploads/6075fe21b7e0599a03d891250268ab87.pdf> Acesso em: 25 de jan. 2021.

ECHER, I. C. **A revisão da literatura na construção do trabalho científico**. Lume Repositório digital, 2001. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/23470>. Acesso em 25 set. de 2020.

EGLÉR, M. T. Inclusão escolar: O que é? Como fazer?. **Moderna**, São Paulo, 2003. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=OpxxBqAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=EGL%C3%89RInclus%C3%A3o+escolar:+O+que+%C3%A9%3F+Como+fazer%3F&ots=Y_zr-ZwrvK&sig=gV8hnYftB-w9x_cZyWEFnPJY0XQ#v=onepage&q&f=false .Acesso em: 19 de ago. 2020.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. Disponível em: <https://sabinemendesmoura.files.wordpress.com/2012/08/discurso-e-mudanc3a7a-social-norman-fairclough.pdf> . Acesso em: 25 de set. de 2020.

FERNANDES, L. B.; SCHLEJENER, A.; MOSQUERA, C. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. **Revista do núcleo de estudos e pesquisas interdisciplinares em musicoterapia**, Curitiba, v. 2, p. 132-144, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/arthur/Downloads/181-217-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/arthur/Downloads/181-217-1-PB%20(1).pdf)> Acesso em: 08 out. 2020.

GARCIA, R. M. C. **Discursos políticos sobre a Inclusão: questões para as políticas públicas de educação especial no Brasil**. GT: Educação Especial, nº 15. Agência financiadora: CNPq. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/t1510.pdf> . Acesso em: 08 out. 2020.

GARCIA, R. M. C. Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, v. 18, nº 52, jan-mar. 2013. Disponível em: [file:///C:/Use HYPERLINK](file:///C:/Use%20HYPERLINK)

["about:blank"rs/arthur/Downloads/GIL%202002 HYPERLINK "about:blank"%20Como%20Elaborar%20Projeto%20de%20Pesquisa.PDF](#) > Acesso em: 08 out. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas S/A. Disponível em: <[file:///C:/Use HYPERLINK "about:blank"rs/arthur/Downloads/GIL-%202002 HYPERLINK "about:blank"%20Como%20Elaborar%20Projeto%20de%20Pesquisa.PDF](#) > Acesso em: 28 out. 2020.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da educação Segregadora à Educação Inclusiva: Uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira. **Revista inclusão**, nº 4, 2005. Disponível em: <<https://ptstatic.zdn.net/files/df5/ac5f60b62303b5061bfba7c01690e129.pdf>> Acesso em: 10 set. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo** escolar, 2020. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/01/educacao-basica-teve-47-3-milhoes-de-matriculadas-em-2020> Acesso em: 10 jun. 2021.

JOAQUIM, S. R. **Educação Inclusiva: Promovendo o acesso à Educação para Todos: 2019**. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gestão das Instituições Federais de Educação Superior) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/36326/1/TRABALHO%20DE%20CONCLUS%c3%83O%20DE%20CURSO.pdf>. Acesso em: 02 de abr. de 2021.

MARINS, S. C. F.; MATSUKURA, S. de. Políticas Públicas: A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental das cidades do Estado de São Paulo. **Revista brasileira de educação especial**, Marília-SP, v. 15, n. 1, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382009000100005&script=sci_arttext > Acesso em: 05 set. 2020.

MATTOS, S. M. N. Inclusão/Exclusão: Repensando o fracasso escolar das crianças de classes populares. **Educar em revista**, Curitiba-PR, n. 44, p. 217-233, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n44/n44a14> > Acesso em: 02 set. 2020.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: A construção científica de um conceito e a realidade Educacional**. 1995. Tese (Doutorado em psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MENDES E. G.; RODRIGUES, P. R. O. M.; CAPELLINI, V. L. O que a comunidade quer saber sobre Educação Inclusiva. **Revista brasileira de educação especial**,

Marília-SP, v. 9, n. 2, p. 181-194, jul-dez. 2003. Disponível em: [file:///C:/Users/Thiago%20N/Downloads/O QUE A COMUNIDADE QUER SABER SOBRE EDUC.pdf](file:///C:/Users/Thiago%20N/Downloads/O%20QUE%20A%20COMUNIDADE%20QUER%20SABER%20SOBRE%20EDUC.pdf). Acesso em: 10 de abr. de 2021.

MINAYO, M. C. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciências. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 de maio. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>

MINAYO, M. C. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/Thiago%20N/Downloads/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 31 de mar. de 2021.

MIRANDA, A. A. B. **Educação Especial no Brasil: Desenvolvimento histórico**. Cadernos De História Da Educação, 7. Recuperado. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880>> Acesso em: 26 set. 2020.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Tradução: FERREIRA, W. B. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NASCIMENTO, R. P. Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Um projeto virtual. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf> . Acesso em: 02 de fev. 2021.

NAHIRNEI, M. P. História da educação especial no Brasil. *In*: Universidade Estadual do Centro Oeste/Setor de ciências humanas, letras e artes, 26-30., 2009, Paraná. **Anais [...]**. SIEPE, 2009. P. 1-3.

NEVES, J. K. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1999. Disponível em: [https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa Qualitativa.pdf](https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa%20Qualitativa.pdf) . Acesso em: 11 de maio. 2021.

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>. Acesso em 07 de jun. de 2021.

PLETSH, M. D. Educação especial e inclusão escolar: Políticas Públicas, Práticas Curriculares e processos de ensino e aprendizagem. **Póesis Pedagógica**, Catalão-GO, v. 12, n. 1, p. 726, jan-jun. 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/arthur/Downloads/31204-Texto%20do%20artigo-131253-1-10-20140722.pdf>> Acesso em: 26 Ago. 2020.

PIETRO, R. G. A. A construção de políticas públicas de educação para todos. *In*: MARINS, S. C. F.; PALHARES, M. S. (org.). **Escola inclusiva**, São Carlos: EDUFScar, 2002. p. 45-49.

RODRIGUES, V. A. A caracterização da educação inclusiva nas políticas públicas a partir de 1989. **Revista eletrônica da educação, [S.I.]**, v. 1, n. 2, ago. 2018. Disponível em: http://revista.fundacaojau.edu.br:8078/journal/index.php/revista_educacao/article/view/40/26. Acesso em: 31 mar. 2021.

SANCHES, I.; TEODORO, A. Da interação à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista lusófona da educação**. Disponível em: <file:///C:/Users/Thiago%20N/Downloads/691-Texto%20do%20artigo-2485-1-10-20090721.pdf>. Acesso em: 25 de mar. de 2021.

SANTOS, D. C. O. **Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual**. 2012. Trabalho de conclusão de curso (Pós graduação em Educação para a diversidade e cidadania) – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2012.

SANTOS, E. A. de. **Diferente é ser igual**: A inclusão de crianças com deficiência no ensino regular e as contribuições da família e do serviço social. 2012. Monografia de graduação (Bacharel em serviço social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Centro de Artes, Humanidades e Letras Colegiado de Serviço Social, Bahia, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Thiago%20N/Downloads/Elisama%20de%20Almeida%20Santos.pdf>. Acesso em: 02 de abr. de 2021.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Tradução de LOPES, M. F. de. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: http://educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/dwnld/educacao_basica/educacao%20infantil/legislacao/declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos.pdf. Acesso em 16 de abr. de 2021.

ZUCCHETTI, D. T. A inclusão escolar vista sob a ótica de professores da escola básica. **Educação revista**, v. 2, n. 27, ago. 2011. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982011000200010&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 23 de mar. de 2021.

